Por Trás do Painel

19 ABR 2001

JORNAL DO BRASIL

Os brasileiros estão diante da verdade que vai rasgar o véu da mentira atrás da qual se esconde ou serão espectadores de uma farsa monumental. O que se vê é o ponto culminante de um processo de descrédito político gravíssimo. Impossível conviver com os mesmos atores e autores de um enredo portador de conseqüências imprevisíveis.

A perícia da Universidade de Campinas terminou o exame do computador do Senado Federal e concluiu que houve violação do sigilo dos votos dos senadores quando assim é determinado. A conclusão foi entregue à comissão de inquérito criada para apurar a veracidade da denúncia de que fora quebrado o sigilo dos votos para a cassação do ex-senador Luiz Estevão e à Comissão de Ética do Senado, a partir do encontro entre o ex-presidente do Senado com três procuradores do Ministério Público Federal de Brasília, quando o senador Antonio Carlos Magalhães teria dito que viu a lista com os votos de cada senador.

A primeira versão ficou esgarçada em negativas dos funcionários do Senado e tudo fazia crer que em inquéritos administrativos, com teor doméstico, nada seria apurado. Valeria a definição de Lavoisier, para quem (no caso dele) na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma, mas no corporativismo a verdade tem várias máscaras. Depois da conclusão da Unicamp, tudo começou a mudar e entrou em cena, como novo personagem, o próprio líder do governo no Senado.

A confirmação de fraude no funcionamento do computador imprimiu outro rumo ao caso com novos depoimentos: a ex-presidente do Prodasen (nos quatro anos em que Antonio Carlos Magalhães foi presidente do Senado), Regina Célia Borges, mudou diametralmente o primeiro depoimento e apresentou versão arredondada, apontando como ator principal o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Teria sido ele quem intermediou, a pedido do senador Antonio Carlos, a autorização para Regina providenciar a lista de votação que deixou se ser secreta.

A segunda versão tem o sabor de folhetim mas não esgota, antes aguça, a necessidade de apuração sem espírito corporativista. Não basta o tom rocambolesco, encadeado em visitas noturnas entremeadas de telefonemas numa cidade sabidamente censurada. Segundo Regina Borges, não foi fácil providenciar tudo. Primeiro, porque achou absurdo violar o sigilo do voto. Segundo porque, caso recusasse, temia a reação emocional do senador Antonio Carlos. Assim, juntou-se ao trio atacante de funcionários do Senado (um dos quais seu marido), Ivair, Nóbrega e Gazôlam para cumprir a missão sinistra.

Houve pormenores na segunda versão com começo e meio, mas o fim é totalmente insatisfatório. Não bastam versões, são indispensáveis comprovações. É questão de credibilidade que transcende as relações dos políticos com a verdade e arranha a própria de-

mocracia na confiança dos cidadãos. Os fraudadores agiram como os generais nazistas, que se defenderam em Nuremberg alegando o dever de cumprir ordens. Na segunda versão, apresentam-se no cumprimento de ordens ilegais, inaceitáveis. Funcionário público não tem apenas o direito, mas o dever de denunciar quando recebe instruções que violam a consciência de cada cidadão.

Era aquele, portanto, o momento de denunciar a ordem inaceitável e assim cumprir o dever cívico de prestar um serviço à nação. A perplexidade que se instalou na opinião pública não elimina, apenas retarda, a carga de indignação da sociedade com uma questão que começou mal, não evoluiu senão sob a forma pessoal, durou mais do que podem durar entreveros sustentados mediante troca de acusações. Sem recorrer à lei, a questão vicejou à sombra da imunidade parlamentar privilegiada. O ex-presidente e o presidente do Senado fazem número nessa farsa que os brasileiros estão assistindo a contragosto.

O ceticismo que se propaga na vida brasileira não será atenuado pela veemência com que o senador Antonio Carlos Magalhães e o senador Jader Barbalho se acusam mas não se defendem. São duas lideranças, com vida política atuante, devedores de explicações mas não de violência verbal. Não estão se defendendo um do outro, mas se destruindo sem legar saldo à democracia. Nem a defesa circunstanciada, documentada do senador José Roberto Arruda, produz efeito saudável na opinião pública que, não demora, revelará sinais de pessimismo. É de esperar que a oposição, em todo o seu direito de pedir transparência e insistir em esclarecer os pontos obscuros, não repita o velho hábito brasileiro de jogar gasolina no fogo ou de acreditar que haja solução superior à capacidade dos políticos para dar satisfações éticas à Nação. Os brasileiros querem que o novo século não seja gasto em experiências golpistas. Não há mais quem aceite a responsabilidade política que não seja pelo voto. O voto gera mandatos a serem cumpridos até o último dia, e governantes só podem chegar ao poder mediante a vontade transparente dos cidadãos expressa pelo voto direto, secreto e universal.

Os senadores Antônio Carlos e Roberto Arruda repeliram a versão da ex-diretora do Prodasen e pediram provas. Não há provas, mas palavra contra palavra: palavra de funcionário contra palavra de políticos. Quem exprimiu o que sentem os cidadãos foi o senador Arlindo Porto (PTB-MG): constrangimento ("Lamento estar aqui").

O Senado não é uma caixa de surpresas inaceitáveis. A democracia exige postura pessoal, transparência dos atos e decência pública. Todos esperam, pelo menos, que de tudo fique ao menos um resultado severo para que amanhã não seja pior do que hoje, nem se imite o passado que refletiu outras condições. Os brasileiros querem um Brasil melhor.